



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2º TRIMESTRE DE 2022

IFSULDEMINAS – Campus Passos

Coordenadoria Orçamentária, Financeira e Contábil

Setor Financeiro e Contábil

Telefone: (35)3529-4882



INSTITUTO FEDERAL
Sul de Minas Gerais

Equipe

João Paulo de Toledo Gomes

Diretor

Flávio Donizete de Oliveira

Diretoria de Administração e Planejamento

Filipe Tadeu Salles

Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil

Helen Rodrigues Simões

Coordenação Orçamentária, Financeira e Contábil

Equipe de elaboração - Campus Passos

Marco Antônio Ferreira Severino

Contador

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	4
1.1 Consolidação das demonstrações contábeis	5
1.2 Conta Única do Governo Federal	6
1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores	6
1.4 Recursos orçamentários x Recursos financeiros	6
1.5 Restos a Pagar	7
2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP	16
3.1 Imobilizado	16
3.2 Bens Móveis	17
3.3 - Bens Imóveis - Imobilizado	19
3.4 Intangível	23
3.5 Obrigações Contratuais	26
3.6 Fornecedores e Contas a Pagar	28
3.7 Patrimônio Líquido	29
4. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP	31
4.1 Resultado Patrimonial	32
4.2 Variações Patrimoniais Aumentativas	33
4.3 Variações Patrimoniais Diminutivas	34
5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO	36
5.1 Déficit	36
5.2 Receitas	36
5.3 Despesas	37
5.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar	38
6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO - BF	40
6.1 Ingressos Financeiros	40
6.2 Dispêndios Financeiros	41
6.3 Resultado Financeiro	42
7. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	43
7.1 Atividades Operacionais	44
7.1.1 Ingressos	44
7.1.2 Desembolsos	45
7.2 Atividades de Investimento	46
7.3 Atividades de Financiamento	47
8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	48

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, instituição criada nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, doravante denominada IFSULDEMINAS, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

O IFSULDEMINAS - Campus Passos fica situado na Rua da Penha, 290, Penha II, CEP 37.903-070.

O Campus Passos é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

1. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do IFSULDEMINAS - Campus Passos, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto - Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª Edição) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tem como objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

1.1 Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual o IFSULDEMINAS faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Intra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

1.2 Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no IFSULDEMINAS - Campus Passos, quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado **Conta Única**, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

1.4 Recursos orçamentários x Recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas.

O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario/>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>)

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários). A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gastos dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>)

1.5 Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>).

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

2. RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFSULDEMINAS tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional do IFSULDEMINAS é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) transferências concedidas; (IV) empréstimos e financiamentos concedidos; (V) adiantamentos; e (VI) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias que compõem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (I) valor justo; e (II) custo depreciado. No âmbito do IFSULDEMINAS, não há essa categoria de investimentos.

h) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis do IFSULDEMINAS, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União é registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis do IFSULDEMINAS é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações do IFSULDEMINAS são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

l) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) riscos trabalhistas; (II) riscos fiscais; (III) riscos cíveis; (IV) repartição de créditos tributários; (V) provisões matemáticas; e (VI) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais o IFSULDEMINAS figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

m) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

n) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

(n.1) Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFSULDEMINAS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para o IFSULDEMINAS, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

(n.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário do IFSULDEMINAS segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(n.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do IFSULDEMINAS. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do IFSULDEMINAS, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

O Balanço Patrimonial, previsto no art. 105 da Lei 4.320/64, evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas que representam o patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), como as contas de obrigações contratuais (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 9ª Edição, 2021).

Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade. As contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

As notas do BP foram elaboradas em consonância com as orientações e os relatórios/consultas criadas e disponibilizadas no Tesouro Gerencial (TG) pela CCONT/STN.

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes ao demonstrativo.

3.1 Imobilizado

Cabe destacar que as informações relativas à depreciação dos bens móveis, todas as Unidades Gestoras do IFSULDEMINAS iniciaram o cálculo e registro, utilizando taxas de depreciação condizentes com a tabela de vida útil padrão da STN e CCONT e com os procedimentos indicados na macrofunção 020330. O controle é realizado pelo Sistema Unificado de Administração Pública - SUAP.

No segundo trimestre de 2022 o Campus Passos, apresentou um saldo de R\$37.109.557,28 (trinta e sete milhões, cento e nove mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte e oito centavos) relacionados ao imobilizado (deduzido da depreciação e da redução ao valor recuperável), conforme demonstrado na tabela adiante.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	R\$ 1,00		
	30/06/2022	31/12/2021	AH%
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	8.596.041,87	8.167.453,85	5,25
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-4.595.133,05	-4.523.459,68	1,58
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	4.000.908,82	3.643.994,17	9,79
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	33.110.114,79	33.110.114,79	0,00
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.466,33	-62.570,44	-97,66
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
(=) Valor Líquido	33.108.648,46	33.047.544,35	0,18
Total	37.109.557,28	36.691.538,52	1,14

Fonte: SIAFI, TG, 2022.

De acordo com a Portaria n.º 232, de 2 de junho de 2020, que trata do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, o IFSULDEMINAS por meio da Pró-Reitoria de Administração, está realizando todos os esforços para o atendimento da implantação do sistema em apreço no prazo estabelecido no art. 7º, inciso II, desta Portaria.

Vale ressaltar que se encontra em andamento o processo de implantação do Sistema de Gestão Patrimonial – SIADS. Os trabalhos de implantação e migração no IFSULDEMINAS poderão ser consultados no seguinte endereço:

<https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php/ultimas-noticias-ifsuldeminas/64-noticias-da-proa-d/4279-siads>

3.2 Bens Móveis

Os bens móveis do IFSULDEMINAS - Campus Passos, em 30/06/2022 apresentou um total bruto de R\$8.596.041,87 (oito milhões, quinhentos e noventa e seis mil e quarenta e um reais e oitenta e sete centavos), distribuídos conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição

	R\$ 1,00			
	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%) 2º Trimestre
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.745.520,04	1.701.507,12	2,59	43,63
Bens de Informática	2.201.885,12	1.739.054,52	26,61	55,03
Móveis e Utensílios	2.755.405,79	2.734.132,79	0,78	68,87
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.189.187,19	1.123.450,05	5,85	29,72
Veículos	612.694,88	777.960,52	-21,24	15,31
Bens Móveis em Andamento	15.643,35	15.643,35	0,00	0,39
Armamentos	0,00	0,00	-	0,00
Semoventes e Equipamentos de Montaria	0,00	0,00	-	0,00
Demais Bens Móveis	75.705,50	75.705,50	0,00	1,89
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-4.595.133,05	-4.523.459,68	1,58	-114,85
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	-	0,00
Total Líquido	4.000.908,82	3.643.994,17	9,79	100

Fonte: SIAFI, TG, 2022.

O saldo na conta “Bens Móveis em Andamento” no valor de R\$ 15.643,35 é referente ao contrato com a FADEMA - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão, Pesquisa, Ensino Profissionalizante e Tecnológico - que ao decorrer da realização dos projetos terão bens de capital envolvidos. Ao final dos projetos serão emitidos os termos de doações e o saldo da conta será desmembrado aos bens móveis de acordo com a sua natureza.

A previsão para as prestações de contas dos projetos com a FADEMA está estimada para concluir até o final do primeiro semestre do exercício de 2.023.

3.3 - Bens Imóveis - Imobilizado

Os Bens Imóveis do IFSULDEMINAS – Campus Passos em 30/06/2022 totalizam R\$33.108.648,46 (trinta e três milhões, cento e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quarenta e seis centavos). Os bens utilizados pelos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional são cadastrados no SPIUnet e são classificados como de Uso Especial, que se destinam ao funcionamento. Quanto à depreciação, o cálculo é realizado no SPIUnet pela SPU/MPDG e repassado à STN para registro no Siafi.

No IFSULDEMINAS, a gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Esse sistema tem como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

A atualização dos valores é feita exclusivamente pelo SPIUnet, que aciona, automaticamente e em tempo real, o lançamento dos valores no SIAFI.

Tabela 03 - Bens Imóveis – Composição.

R\$ 1,00

	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%) 31/06/2022
Bens de Uso Especial	33.110.114,79	33.110.114,79	0,00	100
Bens de Uso Comum do Povo	0,00	0,00	-	-
Bens Dominicais	0,00	0,00	-	-
Bens Imóveis em Andamento	0,00	0,00	-	-
Instalações	0,00	0,00	-	-
Demais Bens Imóveis	0,00	0,00	-	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	0,00	0,00	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	-	-
(-) Depreciação / Amortização Acumulada	-1.466,33	-62.570,44	-97,66	-0,0044
TOTAL LÍQUIDO	33.108.648,46	33.047.544,35	0,18	99,9956

Fonte: SIAFI, TG, 2022.

O saldo da conta 1.2.3.8.1.02.00 DEPRECIACÃO ACUMULADA – BENS IMÓVEIS, realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, totalizou R\$1.466,33 mil, com redução de 97,66% no período. Informamos que, a redução da depreciação dos bens imóveis foi devido a baixa realizada pela NUCOC/STN com o objetivo de conciliar SIAFI e SPIUNET. Foram realizados lançamentos de ajuste na conta Depreciação Acumulada - Bens Imóveis (12381.02.00), com a data de 30/06/2022 conforme - 2022/0707140 COMUNICA GERAL - Ajustes Depreciação Acumulada - Bens Imóveis (12381.02.00).

Tabela 04 - Bens de Uso Especial – Composição

R\$ 1,00

	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%) 30/06/2022
Fazendas, Parques e Reservas	0,00	0,00	-	-
Terrenos, Glebas	0,00	0,00	-	-
Imóveis de Uso Educacional	33.110.114,79	33.110.114,79	-	100
Autarquias / Fundações	0,00	0,00	-	-
Edifícios	0,00	0,00	-	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	0,00	0,00	-	-
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	0,00	0,00	-	-
Total	33.110.114,79	33.110.114,79	-	100

Fonte: SIAFI, TG, 2022

*No total dos bens de uso especial computam-se os registrados e os não registrados/cadastrados no SPIUnet.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão.

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão no IFSULDEMINAS tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Depreciação, amortização ou exaustão dos bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.2) Reavaliação dos bens imóveis

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

No IFSULDEMINAS, a gestão dos bens imóveis é registrada no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Esse sistema tem como objetivo manter o controle sobre os imóveis, as utilizações e os usuários, emitir relatórios gerenciais interligados com o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), o que automatiza os lançamentos contábeis e facilita a elaboração do Balanço Patrimonial da União.

A atualização dos valores é feita exclusivamente pelo SPIUnet, que aciona, automaticamente e em tempo real, o lançamento dos valores no SIAFI.

Para avaliar um imóvel, precisa-se ter em mãos informações oficiais sobre o valor do terreno e o valor das benfeitorias, em separado.

A atualização dos dados das informações do RIP toma por base o Laudo de Avaliação emitido pelos Engenheiros da Reitoria.

(a.3) Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Será reavaliado a cada intervalo de quatro anos; e ou, anualmente, para as contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variam significativamente em relação aos valores anteriormente registrados. Para proceder a reavaliação foram formadas comissões de servidores que elaboram laudos de avaliação dos bens móveis. Efetuamos a princípio a reavaliação dos bens que contabilmente já estão em fase avançada de depreciação, sendo estes, os itens que estão com mais de 50% de seu valor depreciado.

3.4 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis podem ser classificados em duas categorias: com vida útil definida e com vida útil indefinida. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

Os ativos intangíveis adquiridos pelo Campus Passos – foram mensurados com base no valor de aquisição e encontram-se devidamente registrados no balanço patrimonial do órgão.

Em relação aos ativos intangíveis gerados internamente e intangíveis obtidos a título gratuito, a unidade gestora efetuou a incorporação desses ativos em dezembro de 2021.

Em 30/06/2022, o IFSULDEMINAS – Campus Passos, apresentou um saldo de R\$310.306,82 (trezentos e dez mil, trezentos e seis reais e oitenta e dois centavos) relacionados ao intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada sinteticamente a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2021.

Tabela 05 – Intangível – Composição.

R\$ 1,00

INTANGÍVEIS	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	0,00	0,00	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	310.306,82	310.306,82	-	100
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	0,00	0,00	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	0,00	0,00	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	0,00	0,00	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	0,00	0,00	-	-
Amortização Acumulada	0,00	0,00	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	-	-
Total	310.306,82	310.306,82	-	100

Fonte: SIAFI, TG, 2021 e 2022.

Todos os ativos intangíveis de vida útil indefinida foram testados seus valores recuperáveis através do teste de imparidade (*impairment test*).

O grupo intangível é composto integralmente por Softwares com Vida Útil Indefinida, os quais estão detalhados na tabela abaixo:

Quadro 01 – Intangível Valores Relevantes

UG	FORNECEDOR	OBJETO	VALOR
154810	Audaces Automação e Informática Indl Ltda	Audaces Digiflash Plus	24.600,00
154810	Audaces Automação e Informática Indl Ltda	Audaces Vestuário	34.400,00
154810	Edacom Tecnologia em Sist. de Informática Ltda	Software Comercial	3.132,00
154810	RR Software Produção Publicitária	Software Comercial	2.599,80
154810	Systemech Informática Office 2016	Software Comercial	987,00
154810	Solo Network Brasil Ltda/Eng.Com.Computadores Ltda	Software Comercial	78.129,92
154810	Solo Network Brasil Ltda/Eng.Com.Computadores Ltda	Software Comercial	86.166,35
154810	Solo Network Brasil Ltda/Buysoft Ltda/Totalsoft	Software Comercial	12.600,00
154810	Totalsoft Comércio e Serviços em Informática	Software Comercial	19.980,00
154810	Solo Network Brasil Ltda/Buysoft Ltda/Totalsoft	Software Comercial	10.291,75
154810	Solo Network Brasil Ltda/Buysoft Ltda/Totalsoft	Software Comercial	13.320,00
154810	Software ASC Timetable 2019 Premium	Software Comercial	1.725,00
154810	Ativo intangível gerado internamente	SOFTWARE NTI RECUPERAÇÃO DE SENHAS DISCENTES ALTERAÇÃO DE SENHAS DE SERVIDORES TÉCNICOS E DOCENTES DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE TI CAMPUS PASSOS	3.413,00
154810	Ativo intangível gerado internamente	SOFTWARE SRA PARA REQUISIÇÕES DE DISCENTES AO SETOR DE REGISTROS ACADÊMICOS E SERPEX E ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÕES RECEBIDAS NESTES SETORES	5.120,00
154810	Ativo intangível gerado internamente	SOFTWARE BIBLIOTECA PARA GERENCIAMENTO DE FICHAS CATALOGRÁFICAS DE TRABALHOS DE GRADUAÇÃO TESES DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS DE DISCENTES	1.707,00
154810	Ativo intangível gerado internamente	SOFTWARE ALMOXARIFADO PARA CONTROLE DE ESTOQUE	2.560,00
154810	Ativo intangível gerado internamente	SOFTWARE IF SORRIDENTE PARA GERENCIAMENTO DAS ROTINAS DA CLÍNICA ODONTOLÓGICA DO CAMPUS	2.133,00
154810	Ativo intangível gerado internamente	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ESTÁGIO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE DE DOCUMENTOS DE ESTÁGIO	6.162,00
154810	Ativo intangível gerado internamente	SOFTWARE NIPE para acesso e publicação de informações relativas a rotina do NÚCLEO INSTITUCIONAL DE PESQUISA E EXTENSÃO	1.280,00

Fonte: SIAFI, TG, 2022.

3.5 Obrigações Contratuais

Em 30/06/2022, O IFSULDEMINAS - Campus Passos, apresentou um saldo de R\$1.119.233,34 referente a parcelas de Contratos em Execução no exercício de 2022. A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 06 – Obrigações Contratuais – Composição.

	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)	AV(%) 2022
Aluguéis	-	-	-	-
Fornecimento de Bens	155.337,80	178.761,25	-13,10	13,88
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Seguros	-	-	-	-
Serviços	963.895,54	1.494.404,29	-35,50	86,12
Demais	-	-	-	-
Total	1.119.233,34	1.673.165,54	-33,11	100

Fonte: SIAFI 2021, 2022.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços que representam cerca de 86,12% do total das obrigações assumidas pelo IFSULDEMINAS - Campus Passos ao final de 30/06/2022.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os três contratados (serviços) mais relevantes e o saldo a executar, na data base de 30/06/2022.

Tabela 07 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	30/06/2022	AV (%)
Contratado A - MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS EIRELI	332.930,06	34,54
Contratado B – VANDERLI DE SOUZA RAMOS - ME	307.848,54	31,94
Contratado C – ATRATIVA SERVICE LTDA -ME	140.075,83	14,53
Demais	183.041,08	18,99
Total	963.895,54	100

Fonte: SIAFI, 2022.

Em relação aos contratados A, B e C, eles representam 81,01% do total a serem executados. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) Contratado A: Contratação de serviços continuados de Vigias (diurno e noturno), de Zeladores e de Auxiliares de Escritório, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do Campus Passos do IF SULDEMINAS, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e equipamentos de segurança (EPIs), estabelecidos nos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2019, prorrogação contratual com vigência de 02/01/2022 a 02/01/2023;

(b) Contratado B: Contratação de serviço de refeitório do campus, por intermédio do pregão eletrônico nº 05/2019 e do Contrato 19/2019, vigência teve início na data de 14/02/2020, prorrogável na forma do art. 57, parágrafo 1º, da lei nº 8.666/93, conforme termo aditivo 2/2021, com vigência de 14/02/2022 a 14/02/2023; e

(c) Contratado C: Contratação de serviços terceirizados de Limpeza, Asseio e Conservação Predial para atender às necessidades do Campus Passos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de todos os equipamentos de segurança e uniformes, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 03/2018, prorrogado para o período de 14/09/2021 a 14/09/2022 conforme termo aditivo nº 1/2021 publicado no DOU no dia 24/08/2021.

3.6 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2022, o Instituto Federal do Sul de Minas - IFSULDEMINAS - Campus Passos/MG apresentou um saldo em aberto de R\$157.432,44 relacionados com fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	30/06/2022	31/12/2021	AH (%)
Circulante	157.432,44	33.997,44	363,07
Nacionais	157.432,44	33.997,44	363,07
Estrangeiros	0,00	0,00	-
Não Circulante	0,00	0,00	-
Nacionais	0,00	0,00	-
Estrangeiros	0,00	0,00	-
Total	157.432,44	33.997,44	363,07

Fonte: SIAFI 2022, 2021.

Em 30/06/2022, o IFSULDEMINAS - Campus Passos apresentou um saldo na conta de Fornecedores e Contas a Pagar de R\$157.432,44, referente aos Fornecedores Nacionais e está relacionado a Obrigações a Curto Prazo.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se às três obrigações mais relevantes que compõem o saldo em aberto da conta, na data base de 30/06/2022.

Tabela 09 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo – Por Fornecedor.

	30/06/2022	AV (%)
A - BRS SP SUPRIMENTOS CORPORATIVOS LTDA	34.904,04	22,17
B - VANDERLI DE SOUZA RAMOS.	31.699,57	20,14
C - MÁXIMA SERVIÇOS E OBRAS EIRELI	27.570,48	17,51
Demais	63.258,35	40,18
Total	157.432,44	100

Fonte: SIAFI 2022.

Em relação aos fornecedores A, B e C, eles representam 59,82% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

Fornecedor A: Prestação de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company, sob demanda, nas unidades do CAMPUS PASSOS, do INSTITUTO FEDERAL SUL DE MINAS GERAIS;

Fornecedor B: Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições diárias aos discentes do IFSULDEMINAS - Campus Passos; e

Fornecedor C: Contratação de serviços continuados de Vigias (diurno e noturno), de Zeladores e de Auxiliares de Escritório, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para atendimento das necessidades do Campus Passos do IFSULDEMINAS, compreendendo, além da mão de obra, o fornecimento de uniformes e equipamentos de segurança (EPIs), estabelecidos nos anexos do Edital do Pregão Eletrônico nº 04/2019, prorrogação contratual com vigência de 02/01/2022 a 02/01/2023.

3.7 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do IFSULDEMINAS - Campus Passos representa 99,01% do total do passivo da instituição e está composto da seguinte forma, conforme dispõe a tabela 10.

Tabela 10 – Resultado Patrimonial

	R\$1,00		
Resultados	30/06/2022	31/12/2021	AH(%)
Demais Reservas	204.691,71	0,00	-
Resultado do exercício	16.950,30	5.190.742,71	-99,67
Resultado de exercícios anteriores	37.127.640,26	31.937.470,14	16,25
Ajustes de exercícios anteriores	62.537,54	-572,59	-11021,87
(=) Resultados Acumulados	37.207.128,10	37.127.640,26	0,21

Fonte: SIAFI 2022, 2021.

Nota-se que, em 30/06/2022, o “Patrimônio Líquido” do IFSULDEMINAS apresentou um aumento de 0,77%, quando comparado com o saldo apresentado em 31/12/2021. Um dos fatores que contribuíram para esse aumento foi o resultado do exercício do período que teve origens diversas, contendo ajustes de devedores e credores, como lançamentos para regularização de fatos relativos ao exercício.

O saldo de R\$204.691,71 se refere à reavaliação de bens móveis - veículos de tração mecânica que foi realizada em fevereiro de 2022. Os bens móveis estão passando pelo processo de reavaliação para migração dos saldos atualizados para o sistema SIADS.

4. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.

4.1 Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFSULDEMINAS e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para o IFSULDEMINAS, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Tabela 11 – Resultado Patrimonial do Período

	30/06/2022	30/06/2021	R\$1,00 AH(%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	1.918.905,22	1.132.634,93	69,42
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	1.901.954,92	1.373.248,06	38,50
Resultados Patrimonial do Período (I-II)	16.950,30	-240.613,13	-107,04

Fonte: SIAFI 2022, 2021.

Analisando os valores totais apresentados na Demonstração das Variações Patrimoniais do IFSULDEMINAS - Campus Passos, referente ao 2º trimestre de 2022, é possível observar que o resultado patrimonial do período, em 30/06/2022, comparado com o mesmo período de 2021 houve um resultado positivo.

4.2 Variações Patrimoniais Aumentativas

Em 30/06/2022 as VPAs corresponderam ao montante de R\$1.918.905,22, com aumento de 69,42% em comparação ao mesmo período de 2021, de acordo com a tabela 12.

Tabela 12 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

	R\$1,00			
	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV(%) 2022
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.918.905,22	1.132.634,93	69,42	100
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Contribuições	-	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, serviços e Direitos	7.505,00	146,00	5040,41	0,39
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.896.110,10	1.132.488,93	67,43	98,81
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.290,12	-	-	0,80

Fonte: SIAFI 2022, 2021.

Dentre as variações patrimoniais aumentativas, figura-se a “Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços”, que registra as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a prestação de serviços e demais receitas administrativas próprias da instituição, como apontado nas receitas orçamentárias do balanço orçamentário. No segundo trimestre do exercício de 2022, tais receitas sofreram um aumento de 5040,41%, esse aumento é baseado no retorno da arrecadação do espaço público (restaurante universitário) e dos serviços administrativos (secretaria e biblioteca).

Dentro do total das “Transferências e Delegações Recebidas”, o subgrupo que retrata 82,40% do saldo é de “Transferências Intragovernamentais”, que são as transferências financeiras recebidas. Elas representam a disponibilidade financeira recebida como contrapartida dos recursos.

Tabela 13 – Representatividade das Transferências e Delegações Recebidas

R\$1,00

Variações Patrimoniais Aumentativas	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV(%) 2022
Transferências e Delegações Recebidas	1.896.110,10	1.132.488,93	67,43	100
Transferências Intragovernamentais	1.562.448,65	1.092.368,07	43,03	82,40
Outras Transferências e Delegações Recebidas	333.661,45	40.120,86	731,64	17,60

Fonte: SIAFI 2022, 2021.

4.3 Variações Patrimoniais Diminutivas

O saldo das Variações Patrimoniais diminutivas apresentou um valor de R\$1.901.954,92 no segundo trimestre de 2022, representando um aumento de 38,50% comparando com o segundo trimestre de 2021.

Tabela 14 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

R\$1,00

	30/06/2022	30/06/2021	AH (%)	AV(%) 2022
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.901.954,92	1.373.248,06	38,50	100
Pessoal e Encargos	356,00	2.692,00	-86,78	0,02
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.324.103,23	1.058.660,00	25,07	69,62
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	180,40	-100	-
Transferências e Delegações Concedidas	99.734,61	-	-	5,24
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	275,10	-100	-
Tributárias	1.835,16	900,56	103,78	0,10
Custo – Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	475.925,92	310.540,00	53,26	25,02

Fonte: SIAFI 2022, 2021.

O item que apresenta o maior montante do grupo das Variações Patrimoniais Diminutivas é o de “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo - Serviços”, com R\$1.324.103,23, devido às contratações dos serviços para manutenção e das instalações do campus Passos.

5. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

O Balanço Orçamentário, previsto no Art. 102 da Lei 4.320/64, demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

Apresenta, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas e o saldo da dotação (MCASP 9ª Edição, 2021).

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

5.1 Déficit

Por se tratar de uma Autarquia subordinada a um órgão superior (MEC), esta UG 154810 é uma subunidade Gestora pertencente à Unidade Gestora 158137 Reitoria do IFSULDEMINAS, e não possui Receita Corrente e Receita de Capital em seu orçamento. Sendo a Receita menor que a Despesa e o resultado em 30/06/2022 representou um déficit de R\$2.418.812,33.

5.2 Receitas

Em 30/06/2022 o Balanço Orçamentário do IFSULDEMINAS - Campus Passos não apresentou receitas realizadas.

Importante salientar que o déficit apresentado na tabela abaixo no valor de R\$2.418.812,33, se deu em virtude do Balanço Orçamentário do IFSULDEMINAS - Campus Passos somente contemplar as receitas diretamente arrecadadas pela própria instituição, excluindo-se as transferências recebidas da União e de outros órgãos.

O superávit/déficit é apurado confrontando as receitas com as despesas apresentadas no balanço. Como a maior parte das receitas não está contemplada no balanço, surge o déficit.

Ressalta-se que, segundo a 9ª edição do MCASP, este fato não representa irregularidade, haja vista que o balanço do IFSULDEMINAS compõe o BGU que, consolidado, se apresentará em perfeito equilíbrio. Em relação ao total das receitas previstas, constata-se que elas são compostas somente por receitas correntes.

5.3 Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

No quadro abaixo estão demonstradas as respectivas despesas empenhadas, liquidadas e pagas, por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Analisando o total das despesas liquidadas em relação à dotação ao total das despesas empenhadas, foram executadas, até o segundo trimestre de 2022, 26,59%.

No que diz respeito à composição das despesas pagas, é importante mencionar que dos R\$643.277,61 de despesas liquidadas, R\$365.726,78 se referem a despesas pagas, ou seja, 56,85%.

Quadro 02 – Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas em 2022 – Composição

GRUPO DESPESA	JUN/2022			
	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	AH (LIQUIDAÇÃO REALIZADA)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	1.770.379,13	583.223,61	305.672,78	32,94
Subtotal Despesas Correntes	1.770.379,13	583.223,61	305.672,78	32,94
4 - Investimentos	648.433,20	60.054,00	60.054,00	9,26
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-
6 - Amortização Dívida	-	-	-	-
Subtotal Despesa de Capital	648.433,20	60.054,00	60.054,00	9,26
9 - Reserva Contingência	-	-	-	-
TOTAL	2.418.812,33	643.277,61	365.726,78	26,59

Fonte: Siafi, 2022.

5.4 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

A Coordenação Financeira e Contábil em conjunto com a Coordenadoria Orçamentária realiza análises e regularizações/cancelamentos de saldos alongados nas contas de Restos a Pagar.

A análise e a regularização de saldo nas contas de Restos a Pagar são práticas realizadas em todas as Unidades Gestoras do IFSULDEMINAS. A manutenção de empenhos inscritos na conta de RPNP deve estar respaldada pela legislação vigente e desde que a execução da despesa tenha sido iniciada; caso contrário, os empenhos devem ser cancelados.

O Quadro 03 abaixo estão elencados os restos a pagar processados e não processados liquidados até o final do segundo trimestre de 2022 do IFSULDEMINAS - Campus Passos:

Quadro 03 – DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RAP NÃO PROCESSADOS

R\$1,00

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2021	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
Despesas Correntes	206.750,24	940.618,82	941.724,85	860.430,91	5.724,95	281.213,20
Despesas de Capital	-	316.988,69	200.598,84	191.406,84	-	125.581,85
TOTAL	206.750,24	1.257.607,51	1.142.323,69	1.051.837,75	5.724,95	406.795,05

Fonte: SIAFI, 2022.

O valor de R\$5.724,95 se refere ao cancelamento de restos a pagar não processados, em junho foram analisados os saldos irrisórios e os RAP's que não eram prováveis de serem realizados e foram cancelados.

6. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO - BF

De acordo com o Artigo 103 da Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os Restos a Pagar do Exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

A seguir, apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos na data base de 30/06/2022.

6.1 Ingressos Financeiros

Em 30/06/2022, o Balanço Financeiro do IFSULDEMINAS - Campus Passos apresentou saldo de R\$3.702.841,98. O grupo constituinte do saldo dos ingressos financeiros que se refere às transferências repassadas ao campus pela reitoria é o grupo transferências financeiras recebidas, que representou 42,20% de todas as entradas financeiras. Enquanto que os Recebimentos Extraorçamentários compreendem os ingressos não previstos no orçamento e representam 55,65% das entradas financeiras no período de 30/06/2022. Esse aumento expressivo foi devido a ingressos de orçamentos não previstos no exercício através de emendas parlamentares para aquisição de bens de capital (mobiliário em geral e equipamentos de informática).

O Saldo do Exercício Anterior sofreu uma redução de 9,67%, representando 2,16% dos ingressos financeiros. O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tabela 15 – Composição dos Ingressos no 2º trimestre de 2022

INGRESSOS	2022	2021	AH(%)
Receitas Orçamentárias	-	-	-
Transferências financeiras Recebidas	1.562.448,65	1.092.368,07	43,03
Recebimentos Extraorçamentários	2.060.590,55	86.164,36	2291,47
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	79.802,78	88.346,78	-9,67
TOTAL	3.702.841,98	1.266.879,21	192,28

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

6.2 Dispêndios Financeiros

As despesas se subdividem em dispêndios ordinários e dispêndios vinculados e são executados conforme determinação da Lei Orçamentária Anual.

As Despesas Extraorçamentárias aumentaram no percentual de 1330,72%. Essas despesas não são consignadas na LOA, ou seja, sua execução independe de autorização legislativa para execução no exercício de 2022. Compreendem, principalmente, as devoluções de recursos referentes a cauções, avais e fianças retidos pela administração pública decorrentes de contratos firmados e, principalmente, os Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Tabela 16 – Composição dos Dispêndios no 2º trimestre de 2022

DISPÊNDIOS	2022	2021	AH(%)
Despesas Orçamentárias	2.418.812,33	169.062,13	1330,72
Transferências financeiras concedidas	-	-	-
Despesas Extraorçamentárias	1.085.835,19	1.088.275,75	-0,22
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	198.194,46	89.541,33	121,34
TOTAL	3.702.841,98	1.266.879,21	192,28

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

6.3 Resultado Financeiro

Há duas metodologias de cálculo, na primeira, são desconsiderados os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, debitando os dispêndios dos ingressos, e na segunda metodologia são considerados apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, debitando os ingressos dos dispêndios.

O resultado financeiro apresentou um saldo positivo de R\$118.391,68 no segundo trimestre de 2022 conforme demonstrativo a seguir:

Tabela 17 – Resultado Financeiro – Metodologia 1

(+) INGRESSOS	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-
Transferências financeiras Recebidas	1.562.448,65	1.092.368,07
Recebimentos Extraorçamentários	2.060.590,55	86.164,36
(-) DISPÊNDIOS	2022	2021
Despesas Orçamentárias	2.418.812,33	169.062,13
Transferências financeiras concedidas	-	-
Despesas Extraorçamentárias	1.085.835,19	1.008.275,75
= Resultado Financeiro	118.391,68	1.194,55

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

Tabela 18 – Resultado Financeiro – Metodologia 2

DISPÊNDIOS	2022	2021
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	198.194,46	89.541,33
INGRESSOS	2022	2021
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	79.802,78	88.346,78
= Resultado Financeiro	118.391,68	1.194,55

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

7. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Segundo o MCASP (2021), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos de caixa operacional, de investimento e de financiamento, identificando: (a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; (b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; (c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no BF.

Portanto, no segundo trimestre de 2022, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$118.391,68, apresentando um aumento em relação ao mesmo período de 2021, de 9810,99%, conforme tabela.

Tabela 19 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Saldo Inicial e Final

Resultado Financeiro BF x DCF	JUN/22	JUN/21	AH
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL (Ex. Seguinte)	198.194,46	89.541,33	121,34
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (Ex. Anterior)	79.802,78	88.346,78	-9,67
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	118.391,68	1.194,55	9810,99

Fonte: SIAFI, 2022 e 2021.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados, sendo úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) corresponde ao Resultado Financeiro apurado no Balanço Financeiro, que rastreia a movimentação da conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” do Balanço Patrimonial.

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”.

7.1 Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

7.1.1 Ingressos

Dos ingressos, o campus Passos no segundo trimestre de 2022 recebeu o montante de R\$1.569.953,65, as transferências financeiras recebidas correspondem a 99,52% e as arrecadações de outras unidades correspondem a 0,48% do total dos ingressos.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pela reitoria através do MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício(s) anterior(es).

A paralisação das atividades presenciais em razão do COVID-19 impactou a transferência de receitas para o campus. O aumento da receita decorre do retorno das atividades presenciais e dos serviços necessários para manutenção do campus.

Tabela 20 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Ingressos

	R\$		
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021	AH (%)
INGRESSOS	1.569.953,65	1.092.860,48	43,66
Receitas Derivadas e Originárias	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.569.953,65	1.092.860,48	43,66
Ingressos Extraorçamentários	-	346,41	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.562.448,65	1.092.368,07	43,03
Arrecadação de Outra Unidade	7.505,00	146,00	5040,41

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

7.1.2 Desembolsos

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo 12, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

Compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida, as transferências concedidas e demais desembolsos das operações.

No 2º trimestre de 2022 os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias (Pessoal e Demais Despesas, Transferências Concedidas e outros desembolsos operacionais), totalizaram R\$1.200.101,13, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$1.198.997,57, representando 99,91% do total.

Tabela 21 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Desembolsos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021	AH (%)
DESEMBOLSOS	1.200.101,13	1.067.282,58	12,44
Pessoal e Demais Despesas	1.198.997,57	1.064.242,81	12,66
Previdência Social	-	-	-
Educação	1.198.997,57	1.064.242,81	12,66
Agricultura	-	-	-
Organização Agrária	-	-	-
Transferências Concedidas	1.103,56	2.693,36	-59,03
Intragovernamentais	1.103,56	2.693,36	-59,03
Outras Transferências Concedidas	-	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-	346,41	-
Dispêndios Extraorçamentários	-	346,41	-
Transferências Financeiras Concedidas	-	-	-

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

7.2 Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Os ingressos de investimentos compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Já os desembolsos de investimentos compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Tabela 22 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento

	2022	2021	AH (%)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	251.460,84	24.383,35	931,28
INGRESSOS	-	-	-
DESEMBOLSOS	251.460,84	24.383,35	931,28
Aquisição de Ativo Não Circulante	251.460,84	8.740,00	2777,13
Outros Desembolsos de Investimentos	-	15.643,35	-

Fonte: SIAFI 2022 e 2021.

Quanto ao fluxo de caixa das atividades de investimento, não houve ingressos no período.

Em relação aos desembolsos, verifica-se um aumento de 931,28% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Tais desembolsos referem-se à aquisição de bens do Ativo Imobilizado. O IFSULDEMINAS - Campus Passos recebeu recursos de capital através de emendas parlamentares para aquisição de mobiliário em geral e equipamentos de TIC.

7.3 Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

No segundo trimestre de 2022, não houve registros de ingressos e dispêndios no âmbito do IFSULDEMINAS - Campus Passos.

8. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 29/07/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	364.192,48	163.992,36	PASSIVO CIRCULANTE	372.236,77	38.197,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	198.194,46	79.802,78	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	15.290,12	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	15.290,12	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	157.432,44	33.997,44
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	43.922,32	48.336,11	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	106.785,58	35.853,47	Demais Obrigações a Curto Prazo	214.804,33	4.200,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	37.419.864,10	37.001.845,34	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	372.236,77	38.197,44
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Demais Investimentos Permanentes	-	-		2022	2021
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Imobilizado	37.109.557,28	36.691.538,52	Reservas de Capital	-	-
Bens Móveis	4.000.908,82	3.643.994,17	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	8.596.041,87	8.167.453,85	Reservas de Lucros	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-4.595.133,05	-4.523.459,68	Demais Reservas	204.691,71	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados Acumulados	37.207.128,10	37.127.640,26
Bens Imóveis	33.108.648,46	33.047.544,35	Resultado do Exercício	16.950,30	5.190.742,71
Bens Imóveis	33.110.114,79	33.110.114,79	Resultados de Exercícios Anteriores	37.127.640,26	31.937.470,14
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.466,33	-62.570,44	Ajustes de Exercícios Anteriores	62.537,54	-572,59
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Intangível	310.306,82	310.306,82	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.411.819,81	37.127.640,26
Softwares	310.306,82	310.306,82			
Softwares	310.306,82	310.306,82			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 29/07/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	37.784.056,58	37.165.837,70	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37.784.056,58	37.165.837,70

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	198.194,46	79.802,78	PASSIVO FINANCEIRO	2.459.880,60	1.498.355,19
ATIVO PERMANENTE	37.585.862,12	37.086.034,92	PASSIVO PERMANENTE	4.200,00	4.200,00
			SALDO PATRIMONIAL	35.319.975,98	35.663.282,51

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.119.233,34	1.673.165,54
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	1.119.233,34	1.673.165,54
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	1.119.233,34	1.673.165,54
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	1.119.233,34	1.673.165,54

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.509.603,24
Recursos Vinculados	-752.082,90
Educação	-760.027,25
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	36,57
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	7.907,78
TOTAL	-2.261.686,14



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

EMISSÃO 29/07/2022 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

EMISSAO 29/07/2022 PAGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	2.418.812,33	2.418.812,33
TOTAL	-	-	2.418.812,33	2.418.812,33
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	1.770.379,13	583.223,61	305.672,78	-1.770.379,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	1.770.379,13	583.223,61	305.672,78	-1.770.379,13
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	648.433,20	60.054,00	60.054,00	-648.433,20
Investimentos	-	-	648.433,20	60.054,00	60.054,00	-648.433,20
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	2.418.812,33	643.277,61	365.726,78	-2.418.812,33
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	2.418.812,33	643.277,61	365.726,78	-2.418.812,33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

EMISSAO 29/07/2022 PAGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	-	-	2.418.812,33	643.277,61	365.726,78	-2.418.812,33

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	206.750,24	940.618,82	941.724,85	860.430,91	5.724,95	281.213,20
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	206.750,24	940.618,82	941.724,85	860.430,91	5.724,95	281.213,20
DESPESAS DE CAPITAL	-	316.988,69	200.598,84	191.406,84	-	125.581,85
Investimentos	-	316.988,69	200.598,84	191.406,84	-	125.581,85
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	206.750,24	1.257.607,51	1.142.323,69	1.051.837,75	5.724,95	406.795,05

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	33.997,44	33.997,44	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	33.997,44	33.997,44	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	33.997,44	33.997,44	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 29/07/2022	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	2.418.812,33	169.062,13
Ordinárias	-	-	Ordinárias	1.773.058,13	169.062,13
Vinculadas	-	-	Vinculadas	645.754,20	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	645.754,20	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	1.562.448,65	1.092.368,07	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Resultantes da Execução Orçamentária	512.006,88	60.794,17	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasse Recebido	512.006,88	60.794,17	Independentes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	1.050.441,77	1.031.573,90	Aporte ao RPPS	-	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	974.871,96	939.343,24	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	75.569,81	92.230,66			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	2.060.590,55	86.164,36	Pagamentos Extraorçamentários	1.085.835,19	1.008.275,75
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	277.550,83	36.679,93	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	33.997,44	1.500,00
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.775.534,72	48.992,02	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.051.837,75	1.006.429,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	346,41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	346,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários	7.505,00	146,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	7.505,00	146,00			
Saldo do Exercício Anterior	79.802,78	88.346,78	Saldo para o Exercício Seguinte	198.194,46	89.541,33
Caixa e Equivalentes de Caixa	79.802,78	88.346,78	Caixa e Equivalentes de Caixa	198.194,46	89.541,33
TOTAL	3.702.841,98	1.266.879,21	TOTAL	3.702.841,98	1.266.879,21



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

EMISSÃO 29/07/2022	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
-----------	---------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG
----------------	----------------------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.918.905,22	1.132.634,93
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	7.505,00	146,00
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	7.505,00	146,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	1.896.110,10	1.132.488,93
Transferências Intragovernamentais	1.562.448,65	1.092.368,07
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	333.661,45	40.120,86
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.290,12	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 29/07/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	15.290,12	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.901.954,92	1.373.248,06
Pessoal e Encargos	356,00	2.692,00
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	356,00	2.692,00
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.324.103,23	1.058.660,00
Uso de Material de Consumo	176.187,89	75.313,00
Serviços	804.097,09	677.061,31
Depreciação, Amortização e Exaustão	343.818,25	306.285,69
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	180,40
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	180,40
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	99.734,61	-
Transferências Intragovernamentais	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	99.734,61	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	275,10
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	275,10



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	----------------------------------------------------------------

SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
-----------	---------------------------------------

ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG
----------------	----------------------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias	1.835,16	900,56
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.087,60	899,20
Contribuições	747,56	1,36
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	475.925,92	310.540,00
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	475.490,00	308.490,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	435,92	2.050,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	16.950,30	-240.613,13

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/07/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS

ORGAO SUPERIOR 26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	369.852,52	25.577,90
INGRESSOS	1.569.953,65	1.092.860,48
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	1.569.953,65	1.092.860,48
Ingressos Extraorçamentários	-	346,41
Transferências Financeiras Recebidas	1.562.448,65	1.092.368,07
Arrecadação de Outra Unidade	7.505,00	146,00
DESEMBOLSOS	-1.200.101,13	-1.067.282,58
Pessoal e Demais Despesas	-1.198.997,57	-1.064.242,81
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-1.198.997,57	-1.064.242,81
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 29/07/2022	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	154810 - IFSULDEMINAS - CAMPUS PASSOS
ORGAO SUPERIOR	26412 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

	2022	2021
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.103,56	-2.693,36
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-1.103,56	-2.693,36
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-	-346,41
Dispêndios Extraorçamentários	-	-346,41
Transferências Financeiras Concedidas	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-251.460,84	-24.383,35
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-251.460,84	-24.383,35
Aquisição de Ativo Não Circulante	-251.460,84	-8.740,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-15.643,35
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	118.391,68	1.194,55
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	79.802,78	88.346,78
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	198.194,46	89.541,33